

Gestão Ambiental do Parque Municipal da Lagoa do Peri

Josiane Inácio Adam ¹
Prof. Dr. Norberto Hochheim ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de
Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
✉ Adam@matrix.com.br

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Departamento de Engenharia Civil
CEP 88040-900 – Florianópolis - SC
✉ hochheim@ecv.ufsc.br

Conteúdo	<p>1 Introdução</p> <p>2 Gestão Ambiental</p> <p>3 Desenvolvimento Sustentável</p> <p>4 Interface entre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável</p> <p>5 Caracterização da área</p> <p>6 Metodologia</p> <p>7 Considerações finais</p> <p>8 Bibliografia</p>
-----------------	---

Resumo: O presente estudo vem demonstrar como a prática da gestão ambiental de um Parque atende o apelo por um desenvolvimento sustentável enunciado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento através do relatório intitulado "Nosso Futuro Comum". A investigação se constitui em um estudo de caso que envolve o gerenciamento do Parque Municipal da Lagoa do Peri (Florianópolis-SC) nas suas práticas de manejo, sendo que elas devem atender uma política de gestão ditada por um Plano Diretor. Os resultados visam verificar se a gestão atende aos princípios para um desenvolvimento sustentável, as dificuldades encontradas no gerenciamento e os conflitos que envolvem os atores deste universo. Objetiva-se também propor alternativas que permitam melhorar a gestão atual.

Palavras chave: Gestão Ambiental, Desenvolvimento sustentável, Parques Municipais.

Abstract: This study demonstrates how the practices of management of environment in Parks attends to sustainable development that is enunciated by the The World Commission of Environment and Development, through the report titled "Our Common Future". The investigation establish one study that evolves the management of the Park and its practices of managing which is politically prescribed by a Director Plan. The results will allow to verify if the management attends the principles of sustainable development, the difficulties that have been found in the management and the conflicts that involve the actors of this universe, and also to search alternatives to improve the actual management.

Keywords: Environmental management, Sustainable development, Municipal Parks.

1 Introdução

A humanidade enfrenta um desafio no campo ambiental, o qual passa pelo desenvolvimento sustentável que vai desde articular a vida no planeta (a sociedade do novo milênio) ao destino enquanto humanidade e, conseqüentemente, sua continuidade. Há uma exigência emergente de soluções que deve ser dada à luz de uma consciência ecológica, através de ações preventivas que surgem como resultado da sensibilização do Homem em relação ao Planeta, que é provedor da vida.

Esta pesquisa vai de encontro a uma filosofia de conservação e preservação da natureza e seus recursos, tendo em vista a manutenção de um equilíbrio entre a humanidade e o seu meio, a satisfação das necessidades legítimas do Homem e a resposta a uma das preocupações da humanidade: os recursos do mundo futuro.

A existência de Parques é cada vez mais reconhecida como uma necessidade para a Humanidade, como alternativa para salvaguardar muitos ecossistemas e a biodiversidade do Planeta. Assim, a área escolhida para esta pesquisa foi um Parque Municipal.

A investigação se constitui num estudo de caso que envolve o gerenciamento do Parque nas suas práticas de manejo que são realizadas segundo um Plano Diretor adotado como política pelo órgão ambiental responsável por sua gestão (Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis FLORAM).

No presente estudo se verifica como a gestão do Parque se insere dentro de uma filosofia para o Desenvolvimento Sustentável. O desafio é efetivamente, como vincular a teoria à prática, razão da pesquisa de campo. Os resultados são subsídios para o modelo de gestão em prática ir mais ao encontro dos princípios para um Desenvolvimento Sustentável.

2 Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental pode ser entendida como um conjunto de procedimentos e interações que formam um sistema. Segundo Ferreira (1998), sistema é um conjunto ordenado de meios de ação ou de idéias, tendente a um resultado.

Assim, pode-se definir Sistema de Gestão Ambiental como um conjunto ordenado de elementos da administração com vistas à implementação da política ambiental da organização. Ou seja, é todo esforço, estruturado e sistemático, incorporado à estrutura organizacional da corporação com o fim de conhecer, prever e mitigar os impactos ambientais gerados em consequência da operação, produção e serviços da mesma. Paralelamente, responde a todos os anseios das partes interessadas.

Para Corte (1997) uma importante característica da gestão ambiental é a mediação de interesses e conflitos entre atores (institucionais e sociedade civil) que agem sobre o meio ambiente. Nesta ação de mediação, o fator tomada de decisão, e com ele os instrumentos que a facilitam, assumem importância vital no processo de gestão ambiental.

Um novo tipo de gestão da natureza conchama à participação de novos tipos de gestores e à criação de novas maneiras de gestão. As sociedades industrializadas e urbanizadas interessadas em se adaptar a este padrão terão necessidades de gestores tradicionais. Mas estes só poderão agir em sintonia com o resto da sociedade. Em diferentes graus, todos os atores da sociedade deverão se constituir em "gestores da qualidade da natureza", na medida em que todos eles influenciam mais ou menos diretamente a qualidade desta (Ollagnon, *apud* Vieira e Weber, 1997).

Apesar do estágio ainda embrionário de desenvolvimento no novo campo interdisciplinar de pesquisas sobre o meio ambiente, bem como de caráter fortemente especulativo do debate social criado em torno do agravamento dos conflitos ambientais, as evidências empíricas já acumuladas sobre os impactos ecológicos das ações humanas parecem colocar em xeque as formas usuais de gestão das relações sociedade-natureza (Vieira e Weber, 1997).

Segundo Bressan (1996) identifica-se no Estado, enquanto representação da sociedade, o gestor ambiental por excelência. Ocorre que, na atualidade, a concepção de Estado encontra-se sob imenso questionamento. A despeito dos rumos desta discussão e usando como referencial o Estado democrático – de Bobbio, aquele que permeia a sociedade mas, é permeado por ela - podemos induzir um novo elemento no processo: a gestão participativa, comunitária.

A gestão ambiental enquanto ação do Estado é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que atuam sobre o meio ambiente. A ação desses diferentes atores sobre os recursos ambientais pressupõe a existência de uma sociedade capacitada a intervir democraticamente neste processo (Setti, 1996).

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura frente a um problema ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país com benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído.

Para Milaré (2000) quanto mais adulta e consciente, tanto mais uma comunidade cuida dos interesses de maneira participativa. A sociedade democrática é gestora primária e original dos seus interesses e do seu patrimônio. Ela o faz mediante diferentes pactos, através de grupos constituídos para este ou aquele fim. Preservação e melhoria do meio ambiente não escapam à regra. Contudo, em se tratando de bem comum, de interesses difusos – como é o caso do meio ambiente – o Poder Público assume as funções de gestor qualificado: legisla, executa, julga, vigia, defende, impõe sanções; enfim, pratica todos os atos que são necessários para atingir os objetivos sociais, no escopo e nos limites de um Estado de Direito.

Entende Arana (1999) que sempre que se pensa no porvir a partir da perspectiva desta geração, não há como evitar o surgimento de preocupações relativas à herança ambiental que estamos legando às futuras gerações.

3 Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável é entendido neste trabalho como uma filosofia que orienta formar modelos de gestão para que as gerações futuras tenham as mesmas ou melhores oportunidades de usufruírem dos recursos naturais: "Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades" (CNUMAD, 1987).

De acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que através do relatório de 1987, *Nosso Futuro Comum*, lançou a idéia de desenvolvimento sustentável (a qual serviu de suporte para a iniciativa e as decisões concernentes à conferência Rio-92) a natureza não constitui uma dimensão ilimitada. Tudo aquilo que ultrapassar suas fronteiras, que desrespeitar as regras de regeneração e de conservação, termina gerando situações insustentáveis.

O desenvolvimento sustentável é pois uma filosofia de orientação, que visa garantir o uso de recursos ambientais para atender as necessidades atuais, gerenciando-os de modo a não comprometer esses recursos para o uso futuro. Isto significa viver com os recursos da Terra e não erodi-los. Significa manter o consumo de recursos renováveis dentro dos limites de sua reposição, significa deixar às próximas gerações não só um legado de riqueza fabricado pelo homem (prédios, estradas, ferrovias etc.) mas também de riqueza natural, suprimento de água limpa e adequada, terra boa e cultivável, uma vida selvagem rica e florestas amplas. Assim, os Parques são fundamentais para que isto se concretize, sendo necessárias gestões que atendam os princípios para um desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Sustentável é uma forma de desenvolvimento econômico que não tem como paradigma o crescimento, mas a qualidade de vida; que não caminha em direção ao esgotamento dos recursos naturais, nem gera substâncias tóxicas no ambiente em quantidades acima da capacidade assimilativa do sistema natural; que reconhece o direito de existência das outras espécies; que reconhece os direitos das gerações futuras em usufruir do planeta tal qual o conhecemos; que busca fazer as atividades humanas funcionarem em harmonia com o sistema natural, de forma que este tenha preservadas as suas funções de manutenção da vida por um tempo indeterminado.

O desenvolvimento Sustentável é uma filosofia onde o desenvolvimento combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, o que é extremamente positivo.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais considera Desenvolvimento Sustentável o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas (IVCN, 1991).

4 Interface entre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

Apesar do estágio ainda embrionário de desenvolvimento do novo campo interdisciplinar de pesquisas sobre o meio ambiente, bem como o caráter fortemente especulativo do debate social criado em torno do agravamento dos conflitos ambientais, as evidências

empíricas já acumuladas sobre os impactos ecológicos das ações humanas parecem colocar em xeque as formas usuais de gestão das relações sociedade-natureza. Desta forma, além de uma atualização de questões ligadas a natureza e o caráter socialmente "construído" das questões ambientais vem-se impondo progressivamente, por meio das noções de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, uma preocupação pela explicitação e avaliação crítica das pré-condições de viabilidade de enfoques realmente operacionais para uma gestão integrada e antecipativo-preventiva dos problemas ambientais (Vieira e Weber, 1997).

Admitindo-se, antes, que a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, bem como das vidas das gerações presentes e futuras, desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente.

É evidente, contudo, que a sustentabilidade perfeita não pode ser efetivada, tendo em vista que os estragos feitos ao meio ambiente, bem como a perda de capital natural, já são consideráveis. Mas o conceito de sustentabilidade pode servir para frear uma destruição mais acelerada dos recursos naturais (Binswanger *in* Cavalcanti 1999).

Compatibilizar meio ambiente e desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo de planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando-se as inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico, dentro de uma dimensão tempo/espço. Em outras palavras, isto implica dizer que a política ambiental não deve erigir um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim ser um de seus instrumentos, ao propiciar a gestão racional dos recursos naturais, os quais constituem a sua base material.

Espera-se que esta nova mentalidade resulte numa política clara e abrangente, que envolva a atuação conjunta de governo, empresários e comunidade, com intuito de coibir as agressões inseqüentes e continuadas ao meio ambiente (Milaré, 2000).

Progresso em direção ao desenvolvimento sustentável exigirá considerações cautelosas acerca de uma variedade de objetivos sociais, econômicos e ambientais; estabelecimento de metas prioritárias baseadas em discussões e debates públicos; distribuição de recursos a essas prioridades; além de um alto nível de liderança política apoiada pela compreensão pública dos problemas e comprometimento com as ações necessárias (Manual Global de Ecologia, 1996).

5 Caracterização da área

O Parque Municipal da Lagoa do Peri está localizado na região sudeste da Ilha de Santa Catarina, inserido em um dos últimos remanescentes de Floresta Atlântica. Com cerca de 20 Km² o Parque abriga a maior lagoa de água doce da Costa Catarinense, que totaliza uma área de 5,2 Km² (Figura 1).

A Mata Atlântica é o ecossistema de maior biodiversidade da Ilha. É também o mais ameaçado, tendo sobrado apenas 5% de mata primária (aquela que nunca foi derrubada) no Brasil, 25% das quais estão em Santa Catarina. Nestas condições, tem-se poucas áreas na Ilha.

A mata Atlântica da Ilha é muito importante para a fauna. A maior parte das espécies de aves e mamíferos vive nela. É a morada dos tucanos, dos papagaios, das aruquãs, dos pica-paus, além da paca, do tatu, da cutia, do mão-pelada, do tamanduá-mirim, do cachorro-do-mato, do macaco-prego, do gambá e do irara.

Algumas das árvores mais conhecidas desta mata são: O "guarapuvu" (da qual se faz uma canoa de um pau só), o "jacatirão", a "canela preta", o "cedro". O "palmeiro", o "sassafrás", o "ingá-macaco", a "jaboticabeira", a Guabioba" e muitas outras.

Além disso, a floresta é muito importante porque "chupa a água da chuva como uma esponja, através do solo orgânico e das próprias árvores, não deixando que a água vá embora logo. Assim, a água fica alimentando os rios e cachoeiras (CECCA, 1997).

A Lagoa do Peri é o maior manancial de água potável superficial da Ilha e está inserida numa bacia hidrográfica de 20,3 Km². Seu nome tem origem na língua Tupi-guarani (Piri = fino e cumprido), numa referência à vegetação comum das suas margens, composta por um junco fino e cumprido (CECCA, 1997).

A profundidade máxima da Lagoa é de 11 metros, suas águas não são afetadas pelas oscilações da maré, pois está cerca de 3 metros acima do nível do mar (IPUF, 1978). Assim, sua água é totalmente doce, fornecendo o maior habitat da Ilha para espécies de água doce como peixes, crustáceos e moluscos, além de ser importante ambiente para o desenvolvimento de lontras.

O canal sangradouro que deságua suas águas no mar, na altura da praia da Armação, foi desastrosamente retificado em 1975 pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), para drenar os terrenos da região da restinga.

Sendo a Lagoa do Peri, o maior manancial de água potável da Ilha, a utilização para o abastecimento já foi preconizada . O aproveitamento para abastecer as regiões Leste e Sul da Ilha vem sendo cogitado desde o início dos anos 80.

Nas porções norte, oeste e sul , a Lagoa é margeada por encostas com alturas médias de 300 metros, cobertas por densa Floresta Atlântica, com uma rica fauna. A Leste é separa do oceano Atlântico por uma restinga coberta por vegetação característica desse tipo de formação. É nessa porção que surge a maioria dos conflitos em relação à ocupação ilegal.

Esta unidade de conservação de 2.030 ha, é uma das poucas da Ilha que já possui um documento que se aproxima do Plano de Manejo que todas deveriam ter, o Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri (CECCA, 1997).

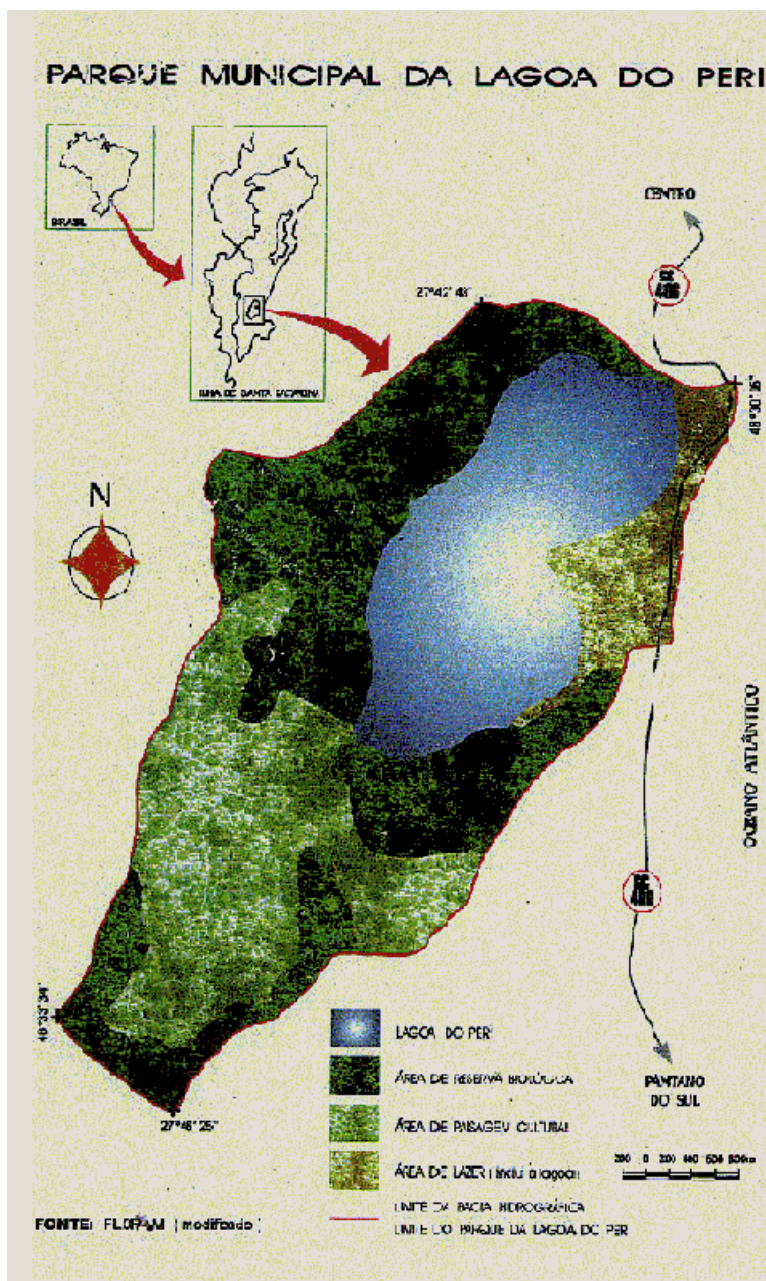


Fig. 1 : Localização do Parque Municipal da Lagoa do Peri
 Fonte: FLORAM

6 Metodologia

O trabalho proposto é um estudo de caso, com enfoque analítico-descritivo, ainda em elaboração. Teve como primeiro passo uma revisão bibliográfica que serviu de embasamento teórico para criar parâmetros, segundo os quais será possível atingir os objetivos propostos.

Num segundo momento, buscou-se documentos nos órgãos ligados a administração da área de estudo e em seguida houve a visita desta área, para cuidadosa observação de tudo que estava ligado ao aspecto físico, e a maneira que está estruturado o aproveitamento dos benefícios que esta área de preservação pode oferecer.

Em seguida houve encontros com os atores envolvidos na administração desta unidade de conservação, que se deu através de entrevistas, onde se procurou investigar deste a política de gestão, as dificuldades encontradas na sua prática até a origem e

distribuição dos recursos financeiros.

A investigação prosseguiu com entrevistas aos clientes do Parque, tanto os frequentadores ocasionais, quanto os moradores.

Atualmente, está-se fazendo a análise-descritiva de todo material, sempre embasada nos parâmetros fornecidos pela parte teórica resultante da revisão bibliográfica.

7 Considerações finais

A pesquisa procura analisar a gestão ambiental de uma Unidade de Conservação, verificar se é possível com a prática atual atender os princípios para um desenvolvimento sustentável.

Acredita-se que, apesar de toda a complexidade de uma gestão ambiental, onde há conflitos de interesses quanto ao uso do solo e onde a estrutura administrativa muitas vezes não dispõe de recursos financeiros satisfatórios, há possibilidades reais de se atingir um desenvolvimento sustentável de uma área de preservação, com uma política adequada, que atenda aos princípios deste desenvolvimento.

8 Bibliografia

AGRA FILHO, Severino Soares. *Planos de Gestão e Programas de Monitoramento Costeiro: diretrizes de elaboração*. Consultoria realizada por Severino Agra Filho e Oswaldo Viégas. Brasília : Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, 1995.

ARANA, Luis Alejantro Viatea. *Aqüicultura e Desenvolvimento Sustentável: subsídios para a Formulação de políticas de desenvolvimento da aqüicultura brasileira*. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1999.

BRESSAN, Delmar. *Gestão Racional da Natureza*. São Paulo : Editora Hucitec, 1996.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. *Gestão Ambiental : Instrumentos e práticas*. Brasília : IBAMA, 1994.

CAPRA, Fritjof. Tradução: Newton Roberval Eichemberg. *A Teia da Vida. Uma Nova compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo : Editora Cultrix, 1996.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Recife : Editora Cortez, Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

CECCA. *Uma Cidade Numa Ilha*. Florianópolis : Editora insular, 1997.

CHASSOT & CAMPOS (orgs). *Ciência da Terra e Meio Ambiente*. São Leopoldo : Ed. UNISINOS, 1999.

CORTE, Dione Angélica de Araújo. *Planejamento e Gestão de APAS: enfoque institucional*.- Brasília : Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo : Editora Max Limonand, 1997.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. *Plano Diretor do Parque da Lagoa do Peri*. Florianópolis : IPUF, 1978.

JACOBI, Pedro Roberto (org). *Ciência Ambiental : Os Desafios da Interdisciplinaridade*. São Paulo : Editora Anna Blume, 1999.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental : sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo : Jinkings Editores Associados Ltda, 1998.

MANUAL GLOBAL DE ECOLOGIA: *o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente / 2ª ed.*- São Paulo: AUGUSTUS, 1996.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. São Paulo : Editora dos Tribunais, 2000.

MOURA, Luis Antônio Abdalla de. *Qualidade e Gestão Ambiental : sugestões e implantações das Normas ISO 14000 nas empresas*. São Paulo : Editora Juarez de Oliveira, 2000.

SETTI, Arnaldo Augusto. *A Necessidade do Uso Sustentável dos recursos Hídricos*. Brasília : IBAMA, 1996.

VIEIRA, Paulo Freire. e WEBER, Jacques (orgs). Tradução Anne Sophie de Pontbriand –Vieira. Christilla de Lassus . *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento : novos desafios para a pesquisa ambiental*.- São Paulo : Cortez, 1997.